

**A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA MARXISTA DE DAVID
HARVEY PARA A GEOGRAFIA**

*THE CONTRIBUTION OF THE MARXIST PERSPECTIVE OF DAVID
HARVEY TO GEOGRAPHY*

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mossoró – Rio Grande do Norte – Brasil

rosamrlopes@gmail.com

Marília Colares Mendes

Governo do Estado do Ceará

Fortaleza – Ceará – Brasil

mariliacolares@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo que segue centra-se em uma discussão que toma como referência a trajetória intelectual de David Harvey, com enfoque nas suas contribuições para a ciência geográfica, destacadamente para as ideias inspiradas pela teoria marxista. Com base em pesquisa bibliográfica sobre a produção desse intelectual buscou-se mostrar como o pensamento marxista é tomado a análise crítica nos estudos empreendidos por Harvey sobre a dinâmica urbana no contexto de reprodução do capital. Associado a essa perspectiva, procurou-se mostrar como sua produção tem respaldado de forma relevante os estudos urbanos contemporâneos, e como tem se consubstanciando em importante referência para as ciências humanas, extrapolando, por conseguinte, o campo de estudo da Geografia.

Palavras-chave: David Harvey; Marxismo; Cidade; Geografia.

ABSTRACT

The study that follows it is centered in a quarrel that takes as reference the intellectual trajectory of David Harvey, with approach in its contributions for geographic science, mainly for the ideas inspired by the marxist teory. On the basis of bibliographical research on the production of this intellectual searched to show as the marxist thought is taken to analyzes critical in the studies undertaken for Harvey on the urban dynamics in the context of reproduction of the capital. Associated to this perspective, it was looked to show as its production has endorsed of excellent form the urban studies contemporaries, and as it has if consolidating in important reference for sciences human beings, surpassing, therefore, the field of study of geography.

Keyword: David Harvey; Marxism. City; Geography.

1 INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado corresponde a uma discussão direcionada para a trajetória intelectual de David Harvey e suas contribuições para a ciência geográfica, especialmente no que tange às ideias de fundamentação marxista. Nesse sentido, buscou-se abordar, em linhas gerais, o posicionamento epistemológico ao longo da evolução do seu pensamento e o encontro com as concepções marxistas que marcaram sua produção nos últimos anos, com destaque para os estudos sobre a cidade.

O trabalho encontra-se dividido em três partes principais. A primeira delas busca referenciar o caminho percorrido pelo pensamento de David Harvey, com ênfase para a inspiração marxista que tem marcado, sobremaneira, sua contribuição teórica para as ciências humanas, destacadamente para a Geografia e com enfoque direcionado aos estudos urbanos.

Na continuidade da discussão a preocupação se volta mais especificamente para a contribuição da vertente marxista nos estudos geográficos desenvolvidos por Harvey. Neste subtópico, optou-se por mostrar como a teoria marxista é apropriada pelo pensador para o encaminhamento dos estudos que levam em consideração a produção capitalista e sua relação com os aspectos espaciais, mostrando, assim, a necessidade de associação entre tempo e espaço no entendimento sobre a dinâmica do capital. Nesta perspectiva, o texto discute como esses estudos contribuíram e vêm contribuindo para o entendimento da cidade no contexto da produção capitalista.

A terceira parte do texto mostra como os estudos urbanos desenvolvidos por Harvey vêm sendo tomados a análise nos últimos anos, especialmente nas duas últimas décadas. Assim, o texto apresenta as ideias principais que norteiam a discussão da cidade na contemporaneidade, os conflitos centrados no contexto de sua reprodução e a lógica que permeia a ideia de liberdade, muito presente em sua produção mais recente.

O encaminhamento desse texto se faz relevante, haja vista, a necessidade de se resgatar as contribuições que dão sentido à promoção da sistematização dos estudos urbanos recentes, tendo como confluência o pensamento marxista, com especial destaque para as pesquisas de um intelectual que vem se debruçado amiúde sobre os processos espaciais que dão sentido à dinâmica urbana em suas mais diversas escalas.

2 TRAJETÓRIA TEÓRICA DE DAVID HARVEY E O ENCONTRO COM O PENSAMENTO MARXISTA

David Harvey é um intelectual marxista que tem apresentado importantes contribuições para as ciências humanas, de forma geral, e, obtendo grande destaque entre os teóricos da Geografia contemporânea nas últimas décadas. Formado nessa ciência pela Universidade de Cambridge no Reino Unido, Harvey teve a oportunidade de acompanhar os diferentes momentos de transição e de rupturas no cerne do pensamento geográfico em realidades diversas que influenciaram a sua trajetória teórica, muito embora tenha amparado seus esforços na teoria social crítica sob a luz dos conceitos marxistas, suas ideias foram amplamente difundidas ao produzir trabalhos clássicos como “Os limites do capital”, “Condição pós-moderna” e “Justiça social e a cidade”.

Nas palavras iniciais da apresentação do livro “A produção capitalista do espaço” Moraes (2005, p.7) destaca:

David Harvey é, indiscutivelmente, um dos principais geógrafos da atualidade, gerador de uma vasta obra, marcada pela coerência lógica e pela fidelidade a pressupostos metodológicos sempre rediscutidos e explicitados [...]. Desde a virada de método operada no início dos anos setenta – entre os livros *Explicação em Geografia* (de 1969) e *A justiça social e a cidade* (de 1973) – Harvey persegue o objetivo de construir uma teoria da relação sociedade espaço embasada nos preceitos da teoria social de Marx.

O que Moraes (2005) chamou de virada do método retrata de forma clara a passagem de uma forma de pensar mais positivista para uma concepção crítica de entender a realidade. Nessa perspectiva vale ressaltar que sua primeira obra, “Explicação em Geografia”, se compõe de uma discussão direcionada para o que ele, naquele momento, considerou ser o problema central da disciplina: a fragmentação do conhecimento. Assim, ele pretendia compreender o conhecimento geográfico numa perspectiva mais sistemática, mais unitária. Para tanto, utilizou como fundamentação, uma concepção positivista de uso expressivo na tradição filosófica da época. Entretanto, ressalta que diante de um contexto marcado fortemente pela adoção de técnicas estatísticas de investigação e novos métodos quantitativos, sua maior preocupação estava direcionada para o aspecto filosófico da revolução quantitativa.

Nesse momento, sentia-se atraído pelas ideias fundamentadas nos estudos sobre planejamento, eficiência e racionalidade, entendendo não haver conflito entre a abordagem científica racional e seu envolvimento com as relações geográficas e a aplicação eficiente do planejamento nas questões políticas. No que pese todo esse cenário, qualificou, pouco tempo

depois sua obra como neutra, de uma forma ou de outra fora de contexto, especialmente, quando se mudou para Baltimore, nos Estados Unidos. Para o intelectual, o contato com a dinâmica política da cidade influenciou bastante sua produção, fato que o fez enveredar por estudos sobre discriminação em projetos de moradia, tomando a cidade como pano de fundo para parcela majoritária do seu pensamento. Baltimore, segundo Harvey, ofereceu uma amostra laboratorial do urbanismo contemporâneo (HARVEY, 2005).

De acordo com Paul Claval (2013) em artigo produzido para a Revista Espaço e Economia, intitulado: “Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey” que faz uma explanação das contribuições do pensamento do autor para a Geografia Econômica desde a Nova Geografia até os dias atuais. No decorrer do texto, Claval (2013) tem como aporte o livro dirigido por Noel Crabtree e Derek Gregory – “David Harvey: Critical Reader” (2006). Nessa obra os dois autores classificam o pensamento de Harvey em três grandes fases.

Conforme Crabtree e Gregory (2006), apud Claval (2013), a primeira fase foi marcada pelo período que vai até 1969 e que tem como marco a publicação de “*Explanation in Geography*”, quando Harvey se fundamentava no neopositivismo lógico e seu pensamento se articulava com a economia liberal.

A segunda fase tem como referência o começo de 1970 e meados da década de 1980 e se caracteriza pela espacialização do marxismo. Nesse período as ideias de Harvey foram difundidas e obtiveram um considerável reconhecimento até a propagação do pós-modernismo nas universidades norte-americanas e posteriormente no mundo.

A terceira fase é marcada com a publicação de “*Condition of Postmodernity*”, obra que tem uma interpretação marxista da evolução contemporânea e que posteriormente é criticada pelos pós-modernistas e pelos especialistas da desconstrução. Harvey refuta estas teses, mas a sua posição torna-se apenas defensiva.

Assim, Harvey iniciou, na passagem para a década de 1970, uma participação em um grupo de leitura que estudava “O capital” de Marx, fato que contribuiu para uma mudança de abordagem que teve como característica central, um posicionamento mais crítico, fundamentado em uma discussão política mais circunstanciada, sendo, portanto, esse contato mais decisivo para o seu desenvolvimento intelectual. Outro aspecto que merece ser destacado é que o contexto era de mudanças no cenário de sistematização do conhecimento geográfico, tendo como marca, a emergência de um movimento radical dentro da Geografia, que nos Estados Unidos se formou em torno da revista *Antipode*, criada pela Universidade Clark, uma das principais faculdades de geografia do país (HARVEY, 2005).

Desde então a obra de Harvey vem sendo construída com base nos eixos teóricos metodológicos da epistemologia tratada por Marx e Engels. Assim, o pensador vem procurando abordar a conjuntura capitalista atual a partir do campo explicativo do marxismo. Dessa forma, tem sido entendido como um dos pensadores que vem contribuindo para o resgate e a revitalização dos estudos baseados na obra de Marx. Nessa vertente, tem trabalhado com conceitos como: acumulação capitalista flexível, produção dos espaços urbanos e suas contradições, significado e dimensão das crises sociais, econômicas e políticas do capitalismo e do livre mercado, bem como a dimensão e o papel político do Estado, do neoliberalismo e do novo imperialismo.

Como visto, no que pese o fato do autor se debruçar com maior dedicação à sistematização de ideias apoiadas no marxismo, o início de sua trajetória intelectual não é linear, haja vista, transitar entre variadas tradições de pensamento geográfico, apresentando como inflexão mais contundente, o momento de passagem de uma contribuição mais significativa com as discussões que nortearam a Geografia Crítica, em lugar de um posicionamento até então mais positivista, amparado, sobretudo, em um modelo mais empírico de interpretação da realidade, muito embora tenha apresentado a temática do desenvolvimento desigual do espaço de forma transversal em toda sua obra.

Neste momento, o encontro com o pensamento marxista resultou em publicações de referência para as ciências humanas, muito especialmente para a Geografia, destacadamente a partir da década de 1980. Duas obras iniciais são importantes para delinear a estrutura lógica do seu pensamento, acompanhando o estudioso até suas abordagens mais recentes: *Explanation in geography* (1969) e “Justiça social e a cidade” (1980).

Uma perspectiva relevante que merece ser mencionada é o fato de que o pensamento marxista se consubstanciou como importante fonte de inspiração para a trajetória teórica de David Harvey, mas também superou o caráter exclusivamente explanatório, atentando para uma discussão mais abrangente sobre a perspectiva espacial influenciando e sob influência do modo de produção capitalista, tomando como sua tarefa o desenvolvimento de um materialismo histórico-geográfico.

Nesse sentido, Harvey enfatiza em diversos momentos de seu pensamento que se faz necessário compreender a teoria de Marx relacionando-a com as estruturas de relações sociais capitalista de cada momento histórico, na busca de uma interseção entre as abstrações teóricas presentes na obra de Marx e as investigações materialistas das configurações históricas reais. “Elaborar e reelaborar a teoria da acumulação de Marx, como totalidade, numa escala geográfica expansível, requer essa interseção” (HARVEY, 2005, p. 71).

Para ele a ausência dessa interseção anuncia uma problemática recorrente na teoria social que se expressa pela pouca importância dada ao espaço e a geografia, muito embora reconheça que Marx trata com frequência em seus textos, a relevância do espaço e do lugar, especialmente quando aborda temas como a oposição entre cidade e campo, a importância da divisão territorial do trabalho, a concentração de forças produtivas em aglomerados urbanos, os diferenciais geográficos no valor da força de trabalho e na operação da lei do valor e a importância de reduzir as barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações. Todavia, em seu entendimento,

[...] nada disso está realmente integrado em formulações teóricas, que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço. A variação geográfica é excluída, considerada “complicação desnecessária”. Concluo que a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração, em seu pensamento, de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial (HARVEY, 2005, p. 141).

Dessa forma, o autor enfatiza que Marx priorizou o tempo em relação ao espaço, centrando naquele o papel de anulação deste, haja vista que do ponto de vista da circulação do capital, o espaço se configura enquanto barreira a ser superada. Assim sendo, o equívoco da priorização do tempo não está, segundo Harvey, completamente errado. Contudo, enfatiza que as relações espaciais e o desenvolvimento geográfico têm papel fundamental no processo de reprodução do capital e suas contradições. “A tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas” (HARVEY, 2005, p. 143).

É, portanto, nessa vertente que Harvey propõe a construção de uma teoria da Geografia Histórica do capitalismo orientada pelo materialismo histórico-geográfico, tendo como ponto de partida “a interface entre as possibilidades de transporte e comunicações, por um lado, e as decisões localizacionais, por outro” (HARVEY, 2005, p. 143).

Ao se debruçar sobre a teoria da economia política de Marx, tomando como referência a obra “O manifesto comunista”, de autoria de Karl Marx e Friedrich Engels, considerando as condições contemporâneas, em um texto intitulado: “Geografia do manifesto”, a interpretação de David Harvey para a análise do manifesto perpassa pela necessidade de enfatizar elementos importantes que necessitam de um amparo da ciência geográfica, quais sejam: expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual. Ao chamá-los à análise, afirma que a ausência desses elementos comprometeria o entendimento a

respeito do capitalismo. Esses elementos de natureza geográfica são responsáveis pelo que ele denomina de uma Geografia Histórica Mundial da acumulação capitalista. Para ele,

O mundo não se apresenta como um tabuleiro sobre o qual a acumulação do capital jogou o seu destino. É uma superfície muito variada, diferenciada ecológica, política, social e culturalmente. Os fluxos do capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros, em diferentes fases de desenvolvimento. O contato com o mercado global capitalista levou algumas formações sociais a se inserirem agressivamente, enquanto outras não o conseguiram, com efeitos extremamente importantes. A acumulação primitiva ou “original” pode acontecer e tem acontecido em lugares e tempos diferenciados (HARVEY, 1998, p. 67).

Em sua concepção “O Manifesto comunista” se apoiou em muitas dessas problemáticas espaciais ao abordar questões sobre urbanização, transformação geográfica e “globalização”, contudo, mais uma vez, privilegiou o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia, perdendo, assim, as possíveis ramificações geográficas no contexto de um discurso retórico.

No que pese essa lacuna identificada nas obras de Marx e, por conseguinte de seus sucessores epistemológicos tomados à referência, é na construção do pensamento marxista que Harvey encontra o suporte basilar para discutir uma proposta metodológica capaz de abarcar toda a dinâmica do capital em sua relação com o espaço, com maior especificidade no ambiente citadino, fonte inesgotável de controle dos excedentes produzidos pelo capital. É, pois a partir desta conjuntura que se apresenta e enriquece, de forma ousada, as discussões que compõem a Geografia, especialmente os estudos urbanos.

3 A VERTENTE MARXISTA NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Os delineamentos gerais da trajetória teórica de David Harvey apontados no subtópico anterior evidenciaram que suas ideias se apoiaram com maior referência no pensamento marxista, que consorciada a uma discussão mais aproximada de uma teoria espacial vem contribuindo de forma relevante para a Geografia, com especial destaque para as quatro últimas décadas. Esse arcabouço teórico de inspiração marxista centralizou o papel da urbanização na mudança social sob os auspícios das relações sociais capitalistas e da acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, considerando o arcabouço teórico adquirido com as leituras que encontram no pensamento marxista sua maior expressão, hodiernamente, Harvey enriquece a

discussão geográfica, dando uma importante e especial contribuição à Geografia Urbana. Nesse sentido, faz-se relevante destacar os estudos recentes direcionados para o que ele chama de problema do capital excedente.

Para Harvey no mundo regido pelo modo de produção capitalista, o espaço, associado ao tempo, se configura como elemento essencial para a reprodução desse sistema. O fator urbano, por seu turno, aparece nesse contexto como condição imperativa para a estabilização desse capital excedente, haja vista reunir as possibilidades materiais e imateriais para viabilizar o processo de acumulação, atenuando suas inevitáveis contradições, muitas vezes, levadas à crise, enfatizadas por Harvey como inevitáveis. Essas crises assumem importante papel na dinâmica capitalista e resultam da coexistência de excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho.

Essa é a condição de crise em que o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, pois sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento. Então, tanto o capital quanto a força de trabalho são desvalorizados (HARVEY, 2005, p. 134).

Tomada na condição de uma realidade inevitável, as crises se exprimem como dilema interno do capitalismo que encontra no espaço geográfico as possibilidades para a sua superação, por intermédio dos “ajustes espaciais” para as suas contradições internas. Na concepção de Harvey,

[...] A exportação de excedentes de força de trabalho e capital parece um meio bastante fácil de evitar a desvalorização. Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes (HARVEY, 2005, p. 140).

Neste âmbito, a acumulação do capital é entendida por Harvey como uma questão profundamente geográfica. Assim, o capitalismo há tempos teria definhado caso não fossem as possibilidades relacionadas à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004).

A cidade, nesse contexto, se configura como relevante espaço para essa dinâmica, haja vista reunir a complexidade necessária ao jogo incessante que alimenta o capital, concentrando, assim, valores variados que compõem o arcabouço fundamental de reprodução do sistema capitalista.

Dessa forma, a urbanização se processa, se redefinindo sob a referência desse sistema e marcando, conseqüentemente, diferentes escalas geográficas que se combinam, se

sobrepõem e se contrapõem. Considerando essa vertente o autor destaca que essa urbanização se efetiva como “veículo primordial para a absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes” (HARVEY, 2009a, p. 12). Sob os auspícios neoliberais essas cidades resultam da tentativa de absorção do excedente criado pelo próprio capital, daí a explicação central para o fato de que a urbanização é uma condição necessária para a estabilização do sistema capitalista.

O interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. E continua a ser. Após Segunda Guerra, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável. O que temos visto, nos últimos 30 anos, é a preocupação da maioria dos centros urbanos com megaprojetos. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. E fazem um retorno à descrição de Guy Bebord sobre a sociedade do espetáculo. Faz todo sentido na diretriz da realização dos megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. O capital precisa que o estado assegure essa dinâmica. Assim, pode usar esses eventos como instrumentos de investimentos e mais lucratividade. Invariavelmente, entre as consequências dos megaeventos estão as remoções de pessoas de algumas áreas. Eles dependem disso para serem realizados. E essa situação tem causado revolta. De um lado, o capital vai muito bem, mas as pessoas vão mal. Há alguma geração de empregos, em função dos megaprojetos e megaeventos, mas o que se vê é o desvio da verba pública para apoiar essas empreitadas. Ao redor do mundo, tem havido muitos protestos devido à retirada de pessoas de suas residências. As populações percebem que o dinheiro dos impostos está indo para esses fins, em detrimento da construção de escolas e hospitais. Este é um contexto que ilustra como o capital gosta de construir as cidades, à diferença do que é a cidade em que as pessoas podem viver bem. Há um abismo entre essas duas propostas (HARVEY, 2013, p.?).

Esse conjunto evidencia que na sua reflexão espacial encontra-se uma articulação radical com os movimentos de acumulação do capital, encontrando justificativa mais ampla na construção da cidade.

Contemporaneamente e de forma insistente David Harvey têm conjugado seus esforços intelectuais para a discussão acerca do direito à cidade, se referindo de um direito relativo à coletividade de construir cidades que satisfaçam as necessidades humanas e que possa indicar uma transformação radical da realidade urbana tão controversa, excludente e desigual, resultante do comando do capital culminando, assim, numa luta essencialmente contra o capital, uma luta centrada no valor das pessoas, nas suas necessidades. Tal luta deve se fazer sentir no controle da absorção do excedente capitalista, na busca por uma reorientação desse excedente no sentido de seu uso direcionado não mais para reinvestimentos e geração de mais excedentes e sim socializando-o como forma de atender as necessidades sociais (HARVEY, 2009b).

Instaurada uma revolução urbana tomando como referência as prerrogativas acima expostas, o direito à cidade estará assegurado. Tal revolução deve se apoiar em uma força política que possa provocar mudanças alternativas que se contraponham à lógica destrutiva do processo de globalização atual. Nesse sentido, sua proposta gira em torno do “utopismo dialético” baseado na retomada do pensamento utópico e sua incorporação às dimensões espaço e tempo para se pensar em um utopismo atual, fundamentado na possibilidade do homem ser arquiteto de seu próprio destino, de sua própria sorte, fomentando, assim suas potencialidades. Assim, ao utilizar a metáfora do arquiteto, o autor ressalta a condição do homem enquanto agente no curso de sua prática cotidiana, sendo capaz de, por meio dela, efetivamente preservar, construir e reconstruir seu mundo (HARVEY, 2004).

4 A CIDADE COMO EPICENTRO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA: CONTRADIÇÕES E LIBERDADE

Observa-se na trajetória do pensamento de David Harvey determinadas rupturas e continuidades ao que remete compreender a cidade e o urbano como cenário dos processos espaciais. Assim, após a sua obra a “Justiça social e a Cidade” (1973), quase 30 anos depois o autor retoma com discussões profundas sobre a cidade e a produção capitalista trazendo para a compreensão perspectivas marxistas maduras e com propostas críticas estruturadas e reelaboradas a exemplo das suas obras “Espaços da Esperança” (2000) e a “Produção Capitalista do Espaço” (2005). E mais recentemente o “Enigma do Capital” (2011), “Para Entender o Capital” (2013) e “Paris: capital da modernidade” (2015). Este último, empiriciza a construção moderna da capital francesa, tomando como referência o materialismo histórico dialético. Certamente é nesse momento que o pensador congrega o arcabouço teórico marxista ao estudo aprofundado de uma realidade empírica, fazendo entender a reciprocidade desse diálogo entre concepção teórico-metodológico e empiria.

Ainda sobre “Paris”, o autor revela total encantamento e envolvimento ao escrever a obra, tendo como cenário protagonizar uma análise sobre os elementos que constituíram o projeto de Modernidade que traz em seu bojo inúmeros resquícios de temporalidades passadas. Para Harvey, trazer a “capital das luzes” como objeto das suas análises o permite realizar uma costura crítica e inédita frente a tantas literaturas que já contextualizaram a cidade desde a literatura, ao cinema e a arquitetura.

Durante a evolução do pensamento teórico de Harvey não podemos deixar de fazer referência ao seu livro: “Condição pós-moderna” (1993) que marca a inserção do autor como

uma das referências mundiais e teóricas que vai contribuir fortemente para as ciências humanas e demais disciplinas fora a Geografia, em tempos marcados por rupturas teóricas e pelo embate de novos paradigmas onde se contestava inclusive um fim da história, dos modelos, dos arquétipos e que alguns teóricos pronunciavam inclusive o fim da modernidade e o surgimento de um novo momento histórico marcado por uma pós-modernidade.

Harvey, em meio a esse contexto de falência das grandes teorias e de pulverização da solidez do real, vai tentar em uma perspectiva crítica entender esse período em que os pensadores negavam de forma contundente as propostas marxistas, e porque não, contextualizar um novo pensamento frente a uma realidade que se pronunciava complexa diante das emergências de novos processos. Após a queda do muro de Berlim e da dissolução de um mundo bipolar, a realidade que ora era vista e entendida como multifacetada por alguns teóricos, para Harvey era entendida como o desdobramento de uma modernidade inacabada que apresentava e se constituía com um novo formato.

Após a obra “Condição pós-moderna” o autor passa um tempo produzindo artigos e livros que buscam compreender o mundo em meio suas contradições, como o mesmo afirma em suas entrevistas e palestras proferidas recentemente no Brasil para o lançamento dos seus livros, Harvey confessa que precisou fazer um retorno às obras de Karl Marx e realizar um aprofundamento nas suas teorias tendo como base o celebre livro “O capital” como também o “Grundrisse”, referências estas mais do que necessárias para fomentar um estudo crítico e profícuo dos desdobramentos do capitalismo no século XXI, e, sobretudo, do capitalismo financeiro e seus rebatimentos no espaço urbano.

Ao que remete os escritos de Harvey sobre a Cidade e o Urbano, podemos verificar dois momentos distintos de encontro com os referenciais de Henri Lefebvre, teórico marxista francês que foi contemporâneo e influência mais próxima no pensamento crítico de David Harvey.

Diante dos escritos dos dois autores, Harvey em sua obra a “Justiça Social e a Cidade” (1973) recorreu de algumas críticas ao pensamento de Lefebvre, principalmente a sua obra a “Revolução Urbana” (1970) apontando paralelos e discordância sobre o urbanismo contemporâneo a partir dos instrumentos teóricos de Marx e apresentando nesse sentido as similaridades de conteúdo e as diferenças entre interpretação e sentido.

Harvey coloca que o trabalho de Lefebvre é mais geral do que o dele, e que também é incompleto em alguns aspectos importantes. Assim ele se dispõe a atentar formulações gerais sobre a natureza do urbanismo e questiona:

Com que espécie de objeto ou entidade estamos lidando quando buscamos investigar o urbanismo? Não podemos responder que o urbanismo é uma “coisa” no sentido ordinário da palavra. A cidade, como forma criada, pode, é verdade, ser olhada como uma série de objetos arranjados de acordo com algum padrão no espaço. Mas, há poucos que argumentariam que as cidades são exatamente isso. A maioria dos autores parece concordar que a cidade deve ser olhada como uma totalidade que funciona, dentro da qual tudo se relaciona entre si (HARVEY, 1980, p. 261).

Muitas de suas observações foram apresentadas no posfácio da obra, porque na época do lançamento da *Revolução Urbana* de Lefebvre muito do arcabouço da *Justiça Social e a Cidade* já estava para ser finalizado, sendo assim, Harvey destaca um tópico intitulado “Sobre a natureza do urbanismo”.

Soja destaca que “Harvey louvou Lefebvre, mas divergiu de sua insistência no papel “decisivo” e “preeminente” das forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna”. (1993, p. 97). Diante das críticas efetuadas ao trabalho de Lefebvre, tanto Harvey como Castells reconheceram suas contribuições, principalmente ao destacar a organização do espaço como produto material, mas divergiram fortemente do fato em que “Lefebvre elevou a “problemática” espacial urbana a uma posição intoleravelmente central e aparentemente autônoma” (SOJA, op. cit).

Depois de apontar as críticas a Lefebvre e discordar irredutivelmente da forma como ele condicionava o urbanismo, Harvey verifica que a produção, apropriação e circulação de mais – valia se tornaram subordinadas à dinâmica do urbanismo, mas continuam a ser reguladas pelas condições derivadas da sociedade industrial (1980, p.269). E dessa maneira o urbanismo era visto como produto da circulação de mais – valia. Para finalizar as suas discordâncias com Lefebvre, Harvey afirma a possibilidade da construção de um urbanismo horizontal, com características mais humanas:

Um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir. Cabe á teoria revolucionária mudar o caminho de um urbanismo baseado na exploração para um urbanismo apropriado à espécie humana. Cabe a prática revolucionária desempenhar tal transformação (Op. Cit., p.271).

Sendo assim, embora Harvey tenha colocado algumas contestações ao pensamento de Lefebvre, o que os dois tinham em comum era a efetividade da utopia, sendo esta condição importante e fundante para a superação das condições objetivas reais, não somente a utopia em si mesma, mas como combustível necessário às possibilidades de transformação.

Diante desse encontro teórico de Harvey e Lefebvre, as similitudes do pensamento dos dois autores vão se tornar mais próximas em suas produções mais atuais sobre a cidade. O

conceito de Direito à cidade será resgatado como fundamento e alternativa de viver a cidade de forma mais justa e democrática. Muitos dos novos escritos de Harvey estão preocupados nas contradições da cidade capitalista que hoje se apresenta com novas dinâmicas, em meio a tantas contradições a cidade contemporânea incorpora tensões e forças divergentes que anunciam possibilidades e liberdade.

Nos últimos anos David Harvey esteve algumas vezes no Brasil, uma em 2010 para participar do Fórum Nacional de Reformas Urbanas, outra para o lançamento do seu livro “Enigma do Capital” e outra para divulgar seu último livro “Para entender o Capital” no ano de 2014. Em suas entrevistas pudemos compreender um discurso único em torno do Direito à cidade e das lutas pertinentes à consecução desse direito que significa uma condição necessária de criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas e não somente de obter os restos disponibilizados pelos grandes ricos, mas que todos tenham acesso aos mesmos direitos. Ao mesmo tempo a construção de Direito se estende em várias perspectivas, pois não se trata somente de ter acesso às riquezas e amenidades produzida pela sociedade que ora estão convergidas na cidade, mas de ter o Direito de transformá-la em algo radicalmente diferente.

Em palestra inaugural do seminário “Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo”, organizado pelo Fórum Nacional de reforma urbana, Harvey destaca: “Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais do que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital”.

Dessa maneira, o autor enfatiza a atualidade e urgência de uma leitura mais apurada de Marx, pois a história não acabou e observa-se na realidade a repetição dos ciclos capitalistas e do retorno às crises próprias e inerentes ao sistema, assim a literatura de Marx é retomada na última década e historicamente é importante se apoiar nas teorias a fim de explicar e dar conta dos eventos.

Os textos de Marx vão trazer elementos para se pensar uma alternativa anticapitalista, ao permitir uma significação política, o que pode ser útil para a compreensão dos atuais obstáculos enfrentados pela economia mundial. Harvey constrói o conceito de Desenvolvimento Desigual da crise, onde nem todos os pontos e realidades no mundo convivem com os reflexos das constantes crises e que esta se torna imanente diferentemente nos lugares e que, além disso, segundo ele, divide notoriamente as cidades como:

As chamadas cidades “globais” do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013, p.29).

Ao mesmo tempo em que a lógica capitalista confina e subjuga os sujeitos na cidade, surgem lacunas e espaços de contraposição a essa vertente opressora, é importante fazer uma frente e os movimentos sociais têm mostrado resistências e as ruas tem se apresentado como cenário de contestação e manifestação destes. “O direito a cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (HARVEY, 2013, p.34).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de David Harvey para o pensamento geográfico tem sido grandiosas, como grande teórico marxista ainda vivo em meio a tantas teorias sem compromisso político e que se apresentam como teorias que enrijecem as forças capitalistas e que estão a serviço dos atores hegemônicos, Harvey mantém nesse contexto o pensamento vivo de Marx o que redundando na manutenção das grandes utopias e das lutas políticas como mecanismo de transformação social.

Pudemos perceber ao longo da exposição do artigo que o amadurecimento teórico do autor se confunde de certa maneira com uma parte da história da Geografia e que esteve presente em momentos definitivos de transição paradigmática da ciência, investigar profundamente sua literatura é perceber elementos de permanência e rupturas teóricas, metodológicas e políticas de concepção de mundo e de ciência. Para ele, para pensar o mundo é necessário fomentar uma arcabouço teórico crítico que busque dar conta da realidade, mas não simplesmente analisá-la e apontar os fenômenos, mais implica em um campo prático, com a participação efetiva da coletividade no contexto histórico.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. Marxismo e Geografia econômica na obra de David Harvey. Espaço e Economia: **Revista Brasileira de Geografia econômica**. Ano II, Número 3, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/570> acesso 24/04/2014.

HARVEY, D. **A justiça Social e a Cidade**. Prefácio e Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo, Editora HUCITEC, 1980.

_____. **A Geografia do Manifesto**. Lutas Sociais. São Paulo: NEILS/PUC/XAMÃ, n. 4, 1998. p. 65-73.

_____. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves
São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume,
2005.

_____. A liberdade da cidade. In: GEOUSP 26., 2009, São Paulo. **Anais...**, São Paulo:
Universidade de São Paulo, 2009a. p. 9-17.

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. In: **Novos cadernos NAEA**. v.
12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009b.

_____. **Lutas pela reforma urbana**: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo.
Palestra proferida no dia 29 de janeiro de 2010, Tradução: Fernando Alves Gomes Rio de
Janeiro. Disponível em: <http://www.deriva.com.br/?p=46> Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. e MARICATO, E. [at al]. In: **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que
tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Urbanização incompleta e estratégia do capital. São Paulo, Canal Ibase, 25 nov.
2013. **Entrevista a**: Camila Nóbrega e Rogério Daflon. Disponível em:
<http://www.brasildefato.com.br/node/26691> Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. **Paris**: capital da modernidade. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo:
Carta Maior, 2015.

MORAES, A. C. R. Apresentação. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**.
Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica.
Tradução: Vera Ribeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Rosa Maria Rodrigues Lopes – Bacharel, licenciada, mestre e doutora em Geografia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do departamento de Turismo da
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Central.

Marília Colares Mendes – Graduação em Geografia e Filosofia e mestrado em Geografia
pela Universidade Estadual do Ceará; doutorado em Geografia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, com estágio sanduiche na Universidade do Porto, em Portugal.
Professora da educação básica do Estado do Ceará.

Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2017

Aceito para publicação em 21 de junho de 2018